



# B O L E T I M

## Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano III - Nº 14. JUL/AGO 2008 - ISSN 1981-7533

### Editorial

Os movimentos sociais do Brasil possuem fundamental importância na luta pelos direitos das e dos trabalhadores do país. Esses grupos são organismos e ferramentas de lutas para assegurar direitos que ainda são violados. Vivemos em um país em que há trabalho semi-escravo e atividades são exercidas sem condições dignas. Em um país em que trabalhadoras e trabalhadores têm suas histórias e vidas subtraídas pela ganância e falta de escrúpulos. Os movimentos sociais do Brasil trabalham para que esses fatos deixem de acontecer e a criminalização é um desrespeito a luta das e dos trabalhadores do Brasil. A luta por direitos é legítima e necessita ser respeitada! E que possamos lutar, companheiras e companheiros!

Nesta edição do boletim TRD publicamos a reflexão de Célia Muniz, assessora da Fetag-RJ, sobre a questão fundiária no Rio de Janeiro e a luta das e dos trabalhadores pela reforma agrária no estado. Apresentamos ainda a entrevista da Sínthia Verônica, secretária de mulheres e jovens do Pólo Sindical do SMSF, sobre o Coletivo de Mulheres daquela instituição e as atividades organizadas para mobilização das mulheres.

Boa leitura!

### 13º Grito dos Excluídos em setembro

O Grito dos Excluídos, manifestação popular realizada em todo o País no dia 7 de setembro, chega à 13ª edição reafirmando seu caráter contestador, buscando fazer um “contraponto” com Grito da Independência. Os organizadores – entre eles a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) – escolheram para este ano o lema “Isto não Vale: Queremos Participação no Destino da Nação”. Eles realizarão um plebiscito sobre a venda da Vale do Rio Doce como parte da campanha contra a privatização

da empresa. Espera-se que com a participação de cinco milhões de votantes se possa requerer a anulação do ato. No Distrito Federal as urnas começarão a ser instaladas a partir do dia 1º de setembro em faculdades, feiras, na rodoviária, na Câmara Legislativa e em outras localidades. O plebiscito abordará também dívida externa, energia e a reforma da Previdência.

O Grito dos Excluídos pretende reunir cerca de duas mil pessoas em passeata na Esplanada dos Ministérios na pista paralela à da parada militar. Também estão previstos atos em mil e quatrocentos municípios.

Fonte: Agência Brasil

Priscila Changas



Ato público realizado em 2005 pelo Pólo Sindical dos(as) Trabalhadores do Submédio São Francisco PE/BA, em Itaparica (PE)

## Crime: ser pobre. E pobre organizado

O deputado estadual Tadeu Venerri (PT/PR) resumiu assim a acusação mais comum atualmente contra os movimentos sociais no Brasil. As tentativas de criminalização desses movimentos encontram apoio no poder Judiciário, tão moroso nas respostas às ações populares quanto rápido no atendimento às demandas da elite. Mas os pobres mantêm a organização e resistem, de variadas maneiras em todo o País.

### Freqüentes tentativas de criminalização

Algumas tentativas de tornar criminosas as ações dos movimentos sociais tornaram-se públicas recentemente, como o relatório divulgado pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul que pede a dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Outro caso notório foi o do advogado e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) José Batista Gonçalves Afonso, condenado injustamente a dois anos e meio de prisão, por causa de uma ocupação feita na Superintendência do Inbra em Marabá, em

abril de 1999, por mais de 10 mil trabalhadores rurais.

Em Pernambuco são inúmeros os casos de perseguições, prisões e processos contra trabalhadores e integrantes de movimentos sociais que defendem e reconhecem o direito à terra como um direito humano e a reforma agrária como proposta para o povo brasileiro. Alguns casos tornaram-se emblemáticos, como o processo contra o coordenador nacional do MST em Pernambuco, Jaime Amorim. Denunciado em março do ano passado pelo Ministério Público por ter participado, em

2005, de uma manifestação em frente ao consulado americano, Amorim teve prisão preventiva decretada e efetuada em 21 de agosto, no momento em que ele deixava o enterro de um membro do Movimento assassinado no dia anterior. O pedido de habeas corpus, impetrado pela defesa no mesmo dia no Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi negado. A defesa fez novo pedido diretamente ao STJ, que julgou improcedentes todos os argumentos que levaram ao pedido de prisão.

*Fontes: MST e CPT*

### Ato público no Recife

Integrantes de movimentos sociais, sindicatos e entidades da sociedade civil promoveram um ato público no dia 25 de julho, em Recife contra a criminalização dos movimentos sociais, em frente ao Ministério Público Federal de Pernambuco. Marcado para o dia do agricultor, o evento buscou dar visibilidade às constantes tentativas de alguns parlamentares e parte da mídia de criminalizar manifestações populares. Os mesmos setores que se destacam nas ações de perseguições políticas contra diversos movimentos sociais de luta pela terra.

### Criminalização é tema de audiência no Paraná

No dia 30 de julho cerca de 600 trabalhadores de movimentos sociais urbanos e rurais participaram de uma Audiência Pública no auditório do campus da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), em Francisco Beltrão. O objetivo foi denunciar a criminalização dos movimentos sociais e a violação de direitos humanos.

Uma das principais denúncias dirigiu-se ao Ministério Público do Rio Grande do Sul que, segundo os ativistas, busca deslegitimar o MST gaúcho. Vanusa de Abreu, integrante do movimento, conta que a Brigada Militar criou quatro zonas especiais no estado nas quais os acampamentos, mesmo aqueles que estão em áreas cedidas por proprietários ou em assentamen-

tos, são despejados pela polícia ou isolados, impedindo as pessoas de entrar ou sair desses locais. Para Maria Rita Reis, assessora jurídica da organização de direitos humanos, Terra de Direitos, a situação atual configura, na prática, um “Estado de Exceção”, no qual os direitos de manifestação, garantidos pela Constituição, são desrespeitados.

Estiveram na mesa autoridades e parlamentares, como o Presidente da Frente Parlamentar da Terra, deputado federal pelo PT/RS, Adão Pretto; o deputado estadual do PT/RS, Dionilso Marcon; representante da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado estadual do PT, Tadeu Venerri e o Ouvidor Agrário do Paraná, Luasses Gonçalves de Carvalho Filho.

## Um olhar sobre questão fundiária no estado do Rio de Janeiro

Célia Muniz

A organização rural do Rio de Janeiro, assim como no Brasil, se dá a partir da farta distribuição de sesmarias, despida de obrigação de cultivo da terra, somada à prática da monocultura voltada para a exportação. As sesmarias caracterizam a questão agrária brasileira e com isso a fluminense, de concentração de terras nas mãos de uns poucos e sem dar a terra função social enquanto um meio de produção ou utilidade social.

O Brasil, ainda colônia de Portugal, foi dividido em domínios rurais em que os proprietários (amigos do rei) detinham a plenitude dos poderes, tanto no aspecto político quanto na ordem privada. O presente e o futuro dependiam do senhor do latifúndio. Tal situação perdurou até a década de 1930, quando surge outra classe dominante, ligada ao agronegócio, na qual o empresário não precisa necessariamente ser proprietário da terra.

A concentração de terras é histórica no Brasil, contudo há o sonho de democratização da propriedade sempre presente em todos os períodos da história. Certeza para alguns, esperança para outros acabar com o latifúndio e extinguir o monopólio e a concentração de terras sempre estiveram na pauta dos trabalhadores rurais e, em alguns períodos, com forte adesão dos trabalhadores urbanos. Muitos destes saídos do campo, expulsos ou em busca de alternativas visto a falta de condições de permanência.

O Rio de Janeiro pode ser dividi-

do em duas regiões de características emblemáticas. Nas regiões norte e noroeste, a concentração da terra se caracteriza pela monocultura da cana de açúcar. Na região sul e na baixada fluminense a concentração aconteceu por conta da supervalorização da terra, ocasionada pela expansão urbana e pelo turismo.

Os primeiros conflitos na região norte surgem da organização dos trabalhadores contra a exploração dos assalariados pelos usineiros, dando origem ao primeiro Sindicato de trabalhadores (as) rurais do Estado, em 1938 - antes mesmos das ligas camponesas, um movimento nacional com a finalidade de organizar o campo.

Com a divisão das ligas camponesas e a política do governo João Goulart, estimulando a sindicalização e a luta pelos direitos trabalhistas, surge a Fetag e logo após a Contag (Confederação dos Trabalhadores Agricultura), em 1963, com a primeira sede no Estado do Rio de Janeiro. Tem como objetivo organizar os trabalhadores em seus sindicatos, buscando respostas para a grande demanda dos assalariados e pela posse da terra.

Entendendo sempre que o trabalhador tem que ser o sujeito de sua própria história a Fetag desempenha seu papel político junto aos assalariados, meeiros, posseiros, parceiros, arrendatários e sem terras.

O avanço desenfreado das desigualdades sociais e a violência urbana têm feito cada vez mais com que o trabalhador sem terra lute para conquistar o que deveria

ser seu por direito. Por conta disso, existe no Rio de Janeiro sob a orientação política da Fetag, aproximadamente 3.200 famílias em 17 acampamentos.

As áreas que não cumprem função social aguardam a desapropriação e emissão de posse, mas o processo é penoso: as famílias aguardam embaixo de lona, muitas vezes à beira das estradas. Isso devido à morosidade de nossa justiça, sempre muito mais comprometida com as elites - afinal é de lá que saem os juízes, demorando a dar sentenças das quais dependem a dignidade da vida do homem do campo.

Mas, contrariando toda a perversidade com que é tratado pelo poder público/judiciário, grande parte dos acampamentos consegue. Em uma verdadeira demonstração de organização, superam as dificuldades e vivem desenvolvendo projetos coletivos como hortas, cozinhas comunitárias e preparando cada vez mais para quebrar o latifúndio. Dos 15 assentamentos com aproximadamente duas mil famílias liderados pela Fetag, alguns se encontram em um relativo estágio de desenvolvimento sustentável, outros ainda carecem de muitas políticas públicas para alcançar a verdadeira cidadania no campo. Mas todos os acampados e assentados acreditam que é preciso dar à terra a sua função social dentro do que a Contag e a Fetag-RJ têm como orientação, que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.



*Sântia Verônica Nery tem 25 anos e é a atual Secretária de Mulheres e Jovens do Pólo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco PE/BA. Também é responsável pela articulação do Coletivo de Mulheres dessa instituição.*

**TRD:** O coletivo foi rearticulado quando? E quais foram os passos dados?

**Sântia:** Em 2007 e nesse ano estamos dando continuidade ao Coletivo com a formação de grupos de mulheres nas comunidades e o fortalecimento os grupos que já existem na área da produção de orgânicos.

**TRD:** Quantas mulheres participam e quais os municípios envolvidos no Coletivo?

**Sântia:** Temos 13: Santa Maria de Boa Vista, Orocó, Belém de São Francisco, Itacuruba, Carnaubeira, Petrolândia e Jatobá, de Pernambuco; Curaçá, Chorochó, Macururé, Rodelas e Paulo Afonso, na Bahia.

**TRD:** O Coletivo já realizou alguma atividade nos municípios?

**Sântia:** Sim, muitas! A primeira ação desenvolvida foi o planejamento estratégico nos STTRS (Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais) e quase todos os municípios realizaram (apenas um município não fez). Uma outra atividade foi a visita do Coletivo de Mulheres à Coopercuc (Cooperativa de Agropecuária Familiar de Canudos), que fica no município de Aauá (BA), para ver a produção

de orgânicos. Depois aconteceu o Curso de Multiplicadores em Saúde e Direitos.

**TRD:** Quando foi a última reunião? E qual foi o tema?

**Sântia:** A última reunião foi de 2 a 4 de junho, quando houve o Curso de Multiplicadores de Saúde e Direitos com a Ester Almeida, assessora de KOINONIA. E a próxima será em agosto, quando teremos o resultado da formação.

**TRD:** Quantas mulheres estão envolvidas no Coletivo?

**Sântia:** Temos de 25 a 30 mulheres participando.

**TRD:** Quais os próximos passos?

**Sântia:** Estamos pensando em intensificar a questão das trabalhadoras orgânicas e fortalecer a produção de orgânicos. Trabalhar também estratégias para que as mulheres possam ocupar os espaços de poder dentro dos sindicatos, cooperativas e associações. E como multiplicar o que elas aprendem aqui em suas bases, por que tudo é feito com muito carinho, qualidade e responsabilidade. Acreditamos que um trabalho feito com carinho e dedicação sempre chega à recompensa.

## Liderança indígena assassinada

Mozeni Araújo, liderança indígena Truká e candidato a vereador em Cabrobó (PE), foi assassinado no dia 23 de agosto em Cabrobó. Vinte e seis entidades, entre elas Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e KOINONIA, assinam o documento chamado “Manifesto das Organizações Solidárias ao Povo Truká” no qual exigem a investigação do crime e punição aos culpados. De acordo com o documento, o assassinato foi uma tentativa de fragilizar o processo de organização dos povos indígenas. Para as organizações signatárias do manifesto, “Mozeni exercia um papel primordial de ponderação, como facilitador, nos momentos de resolução de conflitos nas lutas enfrentadas e sua morte é resultado de uma ação premeditada, que busca silenciar a voz Truká”. O manifesto pode ser lido na íntegra no Blog Articulação Popular do Baixo São Francisco: <http://baixosaofrancisco.blogspot.com/>

B O L E T I M  
**Trabalhadores Rurais**  
& *Direitos*

Esperamos sugestões, críticas, reclamações e comentários sobre o boletim.

**E-eletrônico para:**  
trd@koinonia.org.br

**Cartas para:**  
Programa Trabalhadores Rurais e Direitos  
Rua Santo Amaro, 129 - Glória  
22211-230 Rio de Janeiro/RJ

### EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

**Secretário Executivo de KOINONIA**  
Rafael Soares de Oliveira

**Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim**  
Jorge Atilio Silva Iulianelli

**Assistentes Editoriais**  
Maria Priscila Lisa das Chagas | Quitéria Maria Silva Ferreira

**Pesquisas**  
Andréa Carvalho de Oliveira

**Redação e Revisão**  
Helena Costa | Manoela Vianna | Márcia Evangelista

**Diagramação e Impressão**  
Editora Fonte Viva

 **KOINONIA**  
Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 - Glória - Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (21) 30426445 - Fax: (21) 30426398  
e-mail: trd@koinonia.org.br  
site: www.koinonia.org.br